

RBC nº 198**Recursos estratégicos para obtenção de vantagens competitivas. estudo de caso - Cemig S/A**

(Robson Barbosa Miranda)

A apresentando inúmeras contribuições para a gestão estratégica, a visão baseada em recursos caracteriza-se a partir de uma perspectiva interna sobre a concepção da empresa como um conjunto único de recursos idiossincráticos, o qual conduz a sua performance. Sob a ótica da RBV, uma dessas contribuições é enfatizada neste artigo, por meio de análise, verificação e identificação de quais são realmente os recursos estratégicos e determinantes para o sucesso e obtenção de vantagem competitiva sustentável da empresa Cemig S/A no setor de energia elétrica. Para alcançar os objetivos propostos, o delineamento da pesquisa caracteriza-se como estudo exploratório, tratando-se de um estudo de caso, sob uma perspectiva real, com uma pesquisa puramente qualitativa, com o fim de corroborar o caráter estratégico sobre os principais recursos da Cemig S/A identificados pelo seu gerente de contabilidade e análise documental. Esta pesquisa atingiu seus objetivos, pois colaborou para a discussão sobre as influências e contribuições que a contabilidade gerencial pode oferecer para a RBV, apoiando-se nos instrumentos e métodos de mensuração e avaliação do desempenho organizacional. Além disso, proporcionou um melhor entendimento do que são recursos considerados estratégicos, assim como apresentou de forma prática uma maneira de evidenciar e identificá-los.

Um olhar sobre a Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761: um marco na história da contabilidade pública portuguesa

(Miguel C. Lira)

Este trabalho tem como objetivo caracterizar e dissertar sobre os principais aspectos da Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 – que criou a instituição “Erário Régio” –, com especial ênfase para a dissecação do método contabilístico nela previsto, dado o pioneirismo que esta peça legislativa demonstrou ter nesta matéria: pela primeira vez foi obrigatório a utilização do método das partidas dobradas na contabilidade pública portuguesa. Para ser possível a concretização deste objetivo, este estudo elege como metodologia uma abordagem qualitativa e como método de investigação o bibliográfico. A principal conclusão a reter deste trabalho tem tanto de direta como de inegável: não obstante o fato de não se ter assistido a uma disseminação generalizada do método contabilístico das partidas dobradas, no imediato, por outras instituições públicas contemporâneas do Erário Régio, a Carta de Lei de 22 de Dezembro de 1761 foi a genesis da contabilidade pública portuguesa pelo método digráfico.

Responsabilidade social corporativa segundo modelo de Hopkins: um estudo sobre a percepção dos funcionários de agências bancárias da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí/SC

(Patrícia Cristina Mafra, Suzete Antonieta Lizote, Jeferson Lana)

A responsabilidade social engloba toda ação da organização que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Atualmente, observase crescente interesse das empresas quanto a assumir postura de Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo verificar se a percepção dos funcionários de agências bancárias da Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí/SC sobre se as ações de responsabilidade social estão em conformidade com o que foi divulgado pelos bancos em seus relatórios de sustentabilidade de 2010, à luz do modelo de Hopkins. Para orientar as questões conceituais, foram consultados Carroll (1999), Hopkins (1997), Ashley (2003), Daher (2007), entre outros. Metodologicamente, considera-se um estudo exploratório, delineado por pesquisa documental, bibliográfica e multicaso. Baseando-se no modelo analítico de Hopkins (1997), aplicou-se um questionário com perguntas fechadas aos funcionários das agências bancárias, as quais foram posteriormente analisadas com a elaboração de uma escala de pontuação. O Balanço Social divulgado em 2010 serviu de base para a comparabilidade das respostas obtidas nos questionários. Os resultados demonstraram que há conformidade entre os relatórios e as percepções dos funcionários, entretanto, compete às instituições bancárias, intensificarem suas políticas de divulgações internas do referido relatório.

A atuação estratégica da controladoria na reestruturação de empresas em crise financeira

(Davidson Benicio de Souza)

A fundamentação teórica acerca da controladoria moderna será abordada neste estudo de modo a levar em consideração a gestão organizacional no momento denominado crise financeira. A pesquisa encontra-se basicamente justificada na necessidade de entender até que ponto se nota a utilização de planejamento estratégico numa situação de crise. O presente artigo tem também como proposta trazer para a abordagem acadêmica os aspectos referentes

à forma de atuar de uma consultoria especializada. A utilização da Controladoria Estratégica na reestruturação de empresas caminha nos dias de hoje para a identificação de facilidades e dificuldades na obtenção e promoção do Turnaround de Companhias com problemas operacionais e de liquidez. O processo de Turnaround busca promover a recuperação de valor patrimonial. O atual entendimento dos aspectos considerados chaves e determinantes do sucesso na gestão de crise, assim como a criação de técnicas ou processos a serem utilizados na reestruturação de empresas, devem ser estudados com vistas à necessidade de adaptação aos diferentes tipos de negócios. A revisão bibliográfica fará menção aos conceitos e definições geralmente aceitos nesta área de estudo. A coleta de dados efetuada via pesquisa quantitativa visa confirmar, ou não, as hipóteses formuladas.

A importância da capacitação técnica profissional do perito contador

(William Moya da Silva , Regina Aparecida Neumann)

Perito é o profissional competente e especializado a dar um parecer técnico que utiliza a perícia como um conjunto de procedimentos para emitir esse parecer. Para exercer essa nobre função com eficácia, o perito contador deve possuir profundos conhecimentos na área contábil e em outras áreas correlatas, tais como, matemática financeira, estatística e tributária. O objetivo desta pesquisa foi apresentar o perfil do perito contador, observando qual nível de capacitação técnica deve possuir, quais áreas do conhecimento são necessárias para exercer seu trabalho e quais são as normas legais que garantem sua atividade. A pesquisa é de cunho exploratório por meio de questionário aplicado aos peritos contadores atuantes nas justiças Civil, Trabalhista e Criminal. Esta pesquisa foi realizada ao longo do segundo semestre de 2011. Os resultados obtidos confirmam o que os autores citados delimitam quanto ao nível de conhecimento necessário para a atividade de perito e o que a legislação exige para esta função quanto à formação de grau superior para estar apto a exercê-la. Constatou-se a busca de cursos de pós-graduação e outros que, direta ou indiretamente, subsidiam a necessidade desses profissionais, comprovando-se a busca incessantemente pelo autoaprimoramento e aperfeiçoamento, resultando assim em seu melhor trabalho pericial e fazendo justiça ao que se queira esclarecer.

Teoria dos Contratos, Governança Corporativa e Auditoria: delineamentos para a discussão em Teoria da Contabilidade

(Antonio Gualberto Pereira, Adriano Leal Bruni, Joséilton Silveira da Rocha, Raimundo Nonato Lima Filho, Juliano Almeida de Faria)

Frente à lacuna por que passa a teoria contábil, que não conta com um corpo de conhecimentos consolidado, discutir alguns delineamentos significativos para pesquisa é uma forma de fomentar um entendimento mais loquaz do atual estado da arte neste campo do conhecimento e apontar caminhos frente aos desafios que se apresentam atualmente. O objetivo deste trabalho é indicar alguns aspectos relevantes definidos pela teoria positiva da contabilidade, a despeito da teoria dos contratos e seus desdobramentos para o papel da contabilidade na minimização dos conflitos de agência e redução da assimetria de informação, o papel da governança corporativa quanto à melhoria dos controles internos e busca de uma maior transparência nas relações entre agente e principal e, não menos importante, o papel da auditoria no monitoramento dos contratos. A teoria da contabilidade tem se servido deste cabedal teórico-conceitual para explicar muito dos fenômenos sobre os quais “lança luz” e, frente às novas demandas apontadas pelo processo de regulamentação por que passa a contabilidade, haja vista a própria Lei Sarbanes & Oxley, representa um pilar a ser observado cuidadosamente no estudo das diversas nuances deste cenário desafiador e instigante.